

O Uso das Tecnologias para Inclusão: a Vivência Escolar de uma Estudante com a Dupla Condição

Aline Russo da Silva¹, Camila Della Passe Américo², Janaína Opermann³,
Rosane Aragon⁴

¹Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul-
(UFRGS) Av. Paulo Gama, 110- Porto Alegre - RS- Brasil

²Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul-
(UFRGS) Av. Paulo Gama, 110- Porto Alegre - RS- Brasil

³Prefeitura Municipal de Porto Alegre - Secretaria Municipal de
Educação - Porto Alegre - RS - Brasil

⁴Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS) Av. Paulo Gama, 110 – Porto Alegre – RS – Brasil

alinerussosir@gmail.com, kkdellapasse@gmail.com,
janaop@yahoo.com.br, rosane.aragon@gmail.com.

Abstract. *This study examines the dual condition and experience of a visually impaired student with high abilities/giftedness during her inclusion in a public school in Rio Grande do Sul. It reflects on educational possibilities envisioned through an inclusive lens. The study examines the student's experiences in the integration and resources room for visual impairments (SIR Visual) and the integration and resources room for high abilities/giftedness (SIR AH/SD). Furthermore, the study discusses the process of identifying the student with high abilities/giftedness and emphasizes the crucial role of collaborative work among teachers in these specialized rooms. Additionally, it highlights the significance of technology in the inclusion process.*

Keywords: *high abilities/giftedness; visual impairment; inclusion; double condition, collaborative work.*

Resumo. *Este artigo objetiva discutir a dupla condição a partir do estudo de caso de uma aluna com deficiência visual e altas habilidades/superdotação, numa escola pública do Rio Grande do Sul, refletindo sobre possibilidades educacionais tecnológicas na perspectiva inclusiva. Nesse sentido, apresentam-se as experiências nos atendimentos da sala de integração e de recursos para pessoas com deficiência visual (SIR Visual) e sala de integração e de recursos para altas habilidades/superdotação (SIR AH/SD), o processo de identificação da estudante com AH/SD, o trabalho colaborativo entre as professoras que atuam nas SIR'S e a importância do uso das tecnologias para o processo inclusivo.*

Palavras-chave: *altas habilidades/superdotação; deficiência visual; inclusão; dupla condição, trabalho colaborativo.*

Introdução

Este artigo apresenta uma discussão sobre a dupla condição e o trabalho colaborativo da SIR (Sala de Integração e Recursos) para a inclusão escolar. Importa destacar que a nomenclatura SIR se utiliza no município em que ocorreu o estudo, espaço no qual se dá o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A dupla condição ou a dupla

excepcionalidade (Alves e Nakano, 2015) é entendida quando uma pessoa apresenta altas habilidades/superdotação em conjunto com alguma desordem psiquiátrica, educacional, sensorial e física. A condição é bastante complexa e, como referenciam Silva e Caixeta (2021), com difícil diagnóstico. Fiorot Junior e Rondini (2021) indicam também a dificuldade em identificar a dupla condição haja vista a crença de que os estudantes com déficits não podem ter AH/SD, uma vez que, na maioria dos casos de dupla condição, essa prevalece como foco para intervenção o déficit.

Ao se pensar na realidade do contexto educacional e em alunos com duas ou mais condições, concomitantemente, constata-se a necessidade de políticas públicas as quais efetivem programas de formação docente continuada e reestruturem a fração inicial, para que professores estejam mais preparados para ofertar uma educação com equidade. (Fiorot Júnior e Rondini, 2021, p.9)

Fiorot Junior e Rondini (2021) enfatizam a importância quanto ao desenvolvimento de políticas públicas e de serviços educacionais, enfatizando a relevância da formação docente para as pessoas com dupla condição não sofrerem com a dupla vulnerabilidade, podendo ser efetivamente incluídas na escola bem como na sociedade, além de vivenciarem a equidade em relação aos seus pares. Alves e Nakano (2015) referenciam que o tema da dupla condição vem se constituindo uma área de grande interesse científico no Brasil, mas ainda possui poucos estudos, sendo esse relato de experiência um importante estudo sobre a dupla condição e a inclusão na escola.

Vale destacar que ao aluno demonstrar uma dupla condição, a sua identificação para AH/SD parece ficar em segundo plano. Consoante explicita Rangni e Costa (2016), existe uma letargia nos processos de identificação para AH/SD, letargia que se intensifica em casos de dupla condição. Gerlach (2008) reflete ainda que, ao ocorrer a dupla condição, a identificação e o atendimento ocorrem somente no sentido da condição que chama de problemática.

No presente artigo, a discussão se dará considerando o caso de G., uma aluna cega com altas habilidades/superdotação, a qual enfrentou desafios no seu processo de inclusão, bem como o papel do trabalho cooperativo das SIR e das tecnologias digitais para a superação desses desafios.

O artigo organiza-se em introdução, metodologia, seção essa definida como um relato de experiência a partir do estudo de caso de uma estudante com dupla condição, cegueira e altas habilidades/superdotação, e os seguintes títulos: A dupla condição e a inclusão, em que se discute o que é a dupla condição; Sobre G. e a dupla condição: Cegueira e Altas Habilidades/superdotação, tópico no qual se abordam as especificidades da estudante em relação às suas condições, destacando os atendimentos educacionais ofertados em seu processo inclusivo na escola pública; G. e Seu Processo Inclusivo na Escola Regular, seção na qual se salientam os desafios no cotidiano da sala de aula, ressaltando a importância de um trabalho integrado entre os diferentes agentes escolares; A Tecnologia a favor dos processos inclusivos, momento em que se discutem os arcabouços tecnológicos utilizados por G. em seu processo inclusivo dentro do espaço escolar; por fim as Considerações Finais com a discussão e a retomada dos aspectos mais relevantes discutidos.

A Dupla Condição e a Inclusão

Dupla condição ou dupla excepcionalidade (Alves e Nakano, 2015) é entendida quando uma pessoa apresenta altas habilidades/superdotação em conjunto com alguma desordem psiquiátrica, educacional, sensorial e física. A condição é bastante complexa e, como referenciam Silva e Caixeta (2021), com difícil diagnóstico. Fiorot Junior e Rondini (2021) expõem, igualmente, a dificuldade em identificar a dupla condição no sentido de que a crença de que estudantes com déficits não possam ter AH/SD, sendo que, na maior

parte dos casos de dupla condição, prevalece como foco para intervenção o déficit.

Ao se pensar na realidade do contexto educacional e em alunos com duas ou mais condições, concomitantemente, constata-se a necessidade de políticas públicas as quais efetivem programas de formação docente continuada e reestruturam a formação inicial, para que professores estejam mais preparados para ofertar uma educação com equidade. (Fiorot Júnior e Rondini, 2021, p.9).

Fiorot Junior e Rondini (2021) enfatizam a importância no desenvolvimento de políticas públicas e de serviços educacionais, destacando a relevância da formação docente para que as pessoas com dupla condição não sofram com a dupla vulnerabilidade, podendo ser efetivamente incluídas tanto na escola quanto na sociedade, vivenciando a equidade em relação aos seus pares. Alves e Nakano (2015) referenciam que o tema da dupla condição vem se constituindo como uma área de grande interesse científico no Brasil, todavia ainda possui poucos estudos, sendo este relato de experiência um importante estudo sobre a dupla condição e a inclusão na escola.

O que se vem percebendo é que, quando o estudante demonstra uma dupla condição, a sua identificação para AH/SD parece ficar em segundo plano. Em conformidade com Rangni e Costa (2016), existe uma letargia nos processos de identificação para AH/SD, a qual se intensifica em havendo casos de dupla condição. Gerlach (2008) reflete ainda que, ao ocorrer a dupla condição, a identificação e o atendimento se dão somente no sentido da condição chamada de problemática.

As AH/SD é uma temática pouco explorada dentro das escolas e mesmo na academia. Em busca pela plataforma de periódicos CAPES, com anos de referência 2021, 64 publicações foram mencionadas utilizando as palavras-chave: altas habilidades/superdotação. Relacionando as AH/SD à deficiência visual, apenas um artigo foi encontrado no ano de 2021. A dupla condição ou a dupla excepcionalidade é um tema ainda pouco abordado.

Metodologia

O presente artigo constitui-se em um estudo descritivo, qualitativo do tipo relato de experiência, baseado em um estudo de caso. O caso em questão refere-se a uma estudante do Ensino Fundamental II, de uma Escola Municipal de Porto Alegre. Atualmente, a estudante, a qual será chamada, neste artigo, de G., com 14 anos idade, cursa o 9º ano do ensino fundamental e é acompanhada pelos serviços de Atendimento Educacional Especializado do referido município desde bebê em função, inicialmente, da cegueira e, posteriormente, para a investigação de seus indicadores de Altas Habilidades/Superdotação. A educação é uma área em que se utiliza o relato de experiência e se entende benéfico à sociedade e ao meio acadêmico, sendo capaz de contribuir para melhorar as práticas pedagógicas.

Serão apresentados os comportamentos indicadores que levaram ao parecer pedagógico para AH/SD e as especificidades que envolvem a pessoa com deficiência visual, entendendo-se a dupla condição da estudante. Ademais, apresentar-se-ão observações que compõem indicadores os quais organizam o trabalho específico com G. bem como os arcabouços tecnológicos utilizados no processo inclusivo da estudante na escola e a perspectiva da estudante em relação aos mesmos.

Caracterização do caso da aluna G.

G. nasceu com anftalmia bilateral congênita (ausência do globo ocular causada por alteração cromossômica ou ambiental), sendo, desse modo, inserida na condição de deficiência visual total (cegueira). Devido à identificação ao nascer, a estudante participou, desde os seis meses, dos serviços de Educação Precoce Visual¹⁰ e Psicopedagogia Inicial Visual (SIR Visual - EP/PI Visual), serviços ofertados pelo

município em questão.

A estudante iniciou seu acompanhamento, no que tange à deficiência visual, ainda bebê. Porém, somente quando estava no final da Educação Infantil, apontou-se seu desenvolvimento acima da média na área linguística e de liderança.

No ano de 2016/2017, preencheram-se os instrumentos de levantamento de estudantes com indicadores de AH/SD na turma, onde G. era estudante. Na tabulação dos dados do instrumento, G. foi uma das estudantes que apontou indicadores de AH/SD. Seu processo de identificação em relação às AH/SD teve início em 2020, em função dos atendimentos ocorrerem de forma remota, visto que a família não conseguia aderir ao processo anteriormente de levar a estudante até o local no qual se realizava o processo avaliativo. Ressalta-se que, desde 2016, G. era acompanhada pela SIR AH/SD.

Importa ressaltar que a primeira SIR Visual do Município, onde foi realizado o estudo, surgiu no ano de 2000 com materiais e recursos voltados à cegueira e à baixa visão. Atualmente, existem quatro salas polo (uma em cada região da cidade), sendo que os atendimentos funcionam com os estudantes que se deslocam até a SIR Visual, referência da região em que se situa a escola para o atendimento semanal durante dois períodos no turno oposto da aula.

A SIR para AH/SD foi criada neste município no ano de 2009, atendendo como escola polo. Em 2014, deu-se a ampliação desse serviço, contando então com mais uma professora e mais um espaço de identificação e de atendimento para AH/SD. Hodiernamente, esse serviço dispõe de três salas, sendo que cada Sala de Integração e Recursos conta com um profissional especialista na área para realizar o atendimento aos estudantes e o suporte às escolas da Rede Municipal de Ensino.

A tecnologia a favor dos processos inclusivos

A tecnologia adquire importante contribuição no cotidiano escolar das pessoas com deficiência visual, porquanto há a possibilidade de estimular a participação em sala de aula à medida que lhes oferece autonomia e independência quando acessam os mesmos conteúdos que seus colegas conforme as especificidades.

A tecnologia inclusiva ou tecnologia assistiva, segundo a Lei Brasileira de Inclusão, 13.146 de julho de 2015, indica que:

III - tecnologia assistiva ou ajudatécnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, a tecnologia pode apoiar os processos inclusivos em diversos aspectos, seja ampliando as possibilidades em relação a mobilidade, comunicação, participação, autonomia, controle de ambiente e habilidades de aprendizado, seja na aplicação da tecnologia necessária, levando em consideração a peculiaridade de cada estudante.

Para que a tecnologia esteja a favor dos processos inclusivos, é primordial que o professor conheça bem seu estudante, suas potencialidades, suas necessidades e, ainda, busque os arcabouços tecnológicos necessários para lhe efetivar o processo inclusivo. Por meio da escolha da ferramenta tecnológica: softwares, hardwares, jogos, aplicativos, entre outros, que sejam importantes a tal estudante, é possível favorecer a equidade na escola.

Óculos OrCam My Eyes

A rede municipal, onde ocorreu o estudo, recebeu em 2023 os óculos OrCam My Eyes

como dispositivo de tecnologia assistiva para os alunos cegos e com baixa visão que estudam nas escolas municipais. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão nº13.146/2015, a Tecnologia Assistiva é definida como produtos, recursos, metodologias, equipamentos, estratégias, práticas e serviços que tenham o objetivo de promover e/ou de maximizar a autonomia, a mobilidade e a qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Os Óculos OrCam My Eyes são caracterizados pelos fabricantes, como uma órtese, que se configura como um aparelho destinado a suprir uma alteração morfológica de um órgão, membro ou segmento de membro ou a deficiência de uma função. É um dispositivo de carregamento rápido e que funciona de forma off-line. O dispositivo lê textos, reconhece cédulas, cores, código de barras, produtos, rostos e informa a hora quando o usuário faz o movimento de olhar para o pulso como se estivesse com o relógio. A língua utilizada pelo dispositivo varia conforme o país no qual foi adquirido. Nesse contexto, no Brasil, está disponível a leitura em português e em inglês. Atualmente, segundo o website do produto, esse recurso está disponível na Europa, Estados Unidos, Israel, Japão, China e alguns países da América Latina, como Brasil, Argentina, México, Chile.

Menezes e Pereira (2022) referem que as tecnologias educacionais para acessibilidade costumam ser adquiridas pelo Ministério da Educação para uso nas escolas, porém ressaltam a importância de essas tecnologias serem avaliadas e o quão difícil é encontrar pessoas para realizarem tal função de forma adequada. No caso dos Óculos OrCam, G. foi a primeira aluna a ser contemplada para testar esse recurso. A escolha pela estudante ocorreu pelo fato de G. ser reconhecida por sua postura política em colocar-se enquanto pessoa cega, questionadora de seus direitos e por seus posicionamentos firmes e críticos. G. é a melhor indicada para trazer suas impressões frente à tecnologia que pode beneficiá-la diretamente em seu processo inclusivo.

O dispositivo é baseado num design intuitivo e possibilita a leitura de textos em formato digital em diferentes línguas. Desse modo, foram necessárias algumas experiências para que G. pudesse levar o recurso à sala de aula, porém observou-se que G. muito rapidamente passou a utilizar essa tecnologia com desenvoltura. Em seguida, passou a utilizar em outros espaços de convivência além da escola, no seu cotidiano. Para além da leitura de textos, o recurso reconhece rostos (cadastrados previamente na memória do dispositivo que tem capacidade para 150 rostos e 200 produtos), referindo para o usuário quem está diante de si.

No uso dessa tecnologia, entre os aspectos mais relevantes destacados por G., está a valorização do Sistema Braille, ou melhor, a estudante passou a valorizar mais os livros impressos em braille. Em seu discurso, salienta que sua preferência sempre é o livro braille, “Gostaria de ler todos que leio com o OrCam My Eyes, mas em braille”. Ela, de igual modo, reconhece que essa tecnologia possibilita o acesso de maneira independente à ampla quantidade de materiais disponibilizados ao público vidente em tinta.

Ao longo da trajetória escolar de G., diversos recursos tecnológicos foram utilizados para seu engajamento nas aulas, entre eles o uso de notebook com os programas DOSVOX (acessar teclado e internet, jogos educativos, leitura de textos). NVDA (software que permite a leitura da tela) e audiolivros.

O Chromebook (notebook que utiliza o sistema operacional Chrome OS) foi amplamente disponibilizado nas escolas e utilizado em sala com mais intensidade. Assim, o ChromeVox foi empregado na leitura dos textos entregues pelos professores em aula e dos conteúdos presentes no livro didático. Vídeos do YouTube com audiodescrição também são abordados pelos professores.

Os apps para Iphone e Android são abordados a fim de interagir com a assistente virtual Siri e Google Assistant. Outros apps como Sullivan+ e Seeing AI descrevem o

ambiente, fotografias e realizam a leitura breve de textos, além dos Recursos de Acessibilidade do celular como VoiceOver, Conteúdo Falado e atalhos de acessibilidade.

Nesse processo, ressalta-se que G. solicita preferencialmente adequações para exercitar seu sentido háptico e compreender cognitivamente os conteúdos trabalhados em sala de aula. No entanto, quando os materiais didáticos não estão em braille, tais tecnologias já destacadas acima, assumem fundamental importância, porquanto possibilitam acessar os recursos que ainda não foram transcritos para o braille.

Apesar de ter apresentado certa resistência a algumas tecnologias, G. entende que existe a necessidade de elas estarem presentes na sua escolarização já que os recursos tecnológicos possibilitam acessar uma infinidade de ambientes, materiais e comunicação à pessoa cega.

O trabalho na SIR e o processo inclusivo da escola regular

Quando se fala em inclusão, refere-se a um trabalho coletivo que só se efetiva em seu propósito quando pensado e construído a muitas mãos. Segundo Capellini e Zerbato (2019), o Ensino Colaborativo surge como um trabalho de parceria entre o professor de ensino comum e o professor de Educação Especial, dividindo a responsabilidade do ensino, considerando as especificidades, os ritmos e os estilos de aprendizado para favorecer o acesso e a aprendizagem de todos, focalizando no público-alvo da Educação Especial.

Em se tratando de um estudante com dupla condição, essa articulação entre os serviços que o atendem e as professoras de sala de aula comum é condição para que a inclusão desse sujeito saia do papel. O professor da SIR é, nessa perspectiva, um articulador de políticas e de práticas educativas para efetivar os processos inclusivos dentro da escola regular.

G. é uma estudante que instiga e desafia educadores. Sob esse viés, desde o processo de entrada no Ensino Fundamental, as professoras das séries iniciais buscaram, por iniciativa própria, compreender o Sistema Braille e a formação específica na área da deficiência visual. Dessa maneira, contribuíram para o desenvolvimento da sua vida escolar, o que potencializou experiências focadas nas especificidades de G. e a dupla condição.

Nesse sentido, o trabalho com G., dentro da escola fundamental, tem como um dos seus pilares o ensino colaborativo entre as professoras da SIR Visual, da SIR AH/SD e dos professores da sala de aula comum que atuam juntos no sentido de propiciar à estudante os recursos e as estratégias necessárias à sua efetiva inclusão dentro do espaço escolar. Ambas as professoras de SIR atuam em colaboração com os professores que atendem G. em sala de aula, organizando e elaborando recursos pedagógicos e de acessibilidade no sentido de eliminar barreiras para participação plena destes estudantes no ambiente escolar, conforme preconiza a Resolução nº. 4 de 2009.

Pela especificidade da dupla condição, a parceria entre as duas salas de recursos é fundamental à efetividade do trabalho com a estudante. O conhecimento de cada área exige diálogo intenso com o outro campo de conhecimento; do contrário, o atendimento a G. não se efetivará em sua amplitude.

Em sala de aula, professores de ensino regular disponibilizam com antecedência o material a ser utilizado para que esse seja confeccionado em braille para a estudante. Além disso, reuniões periódicas são realizadas entre professores especialistas e professores das áreas no sentido de pensar estratégias e recursos que tornem os conteúdos mais significativos, táteis e audiodescritos para a estudante, que, no tocante ao conteúdo, não necessita de adequações curriculares.

A partir da experiência com G., possibilitaram-se novas abordagens e vivências aos seus professores que, ainda, não haviam tido a oportunidade de trabalharem com DV. O mergulho com o desconhecido os motivou a buscarem mais conhecimento e esse encontro com ela foi muito potente para todos. Como afirma Moraes (2010, p. 26), “[...] a vida seria muitíssimo tediosa se o tempo todo estivéssemos às voltas com o já sabido, a encontrar no mundo apenas aquilo que nos é familiar [...]”, o trabalho em comento vem proporcionando aos professores descobertas interessantes.

G. sempre questionou quando não recebeu o mesmo recurso oferecido aos seus colegas ou o porquê do seu material ser diferente - fator que propiciou, desde muito cedo, a percepção pelos seus direitos e a busca pelo incremento da sua aprendizagem. Cabe destacar que a falta de adequações de materiais, curriculares ou de qualquer outra adequação necessária prejudica o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Moraes (2010) salienta que a pessoa com deficiência não é algo que ela é em si mesma, mas sim que se torna quando articulada em certas práticas. Ao se deparar com práticas excludentes, com aulas que não são planejadas para todos os estudantes, as pessoas com deficiência não conseguem ter o acesso ao conhecimento. Nesse caso, as práticas precisam ser modificadas.

Desde a Educação Infantil, G. foi questionadora e fazia perguntas que crianças de sua faixa etária não o faziam. Sempre com humor para lidar com as dificuldades de acessibilidade, em tom de brincadeira, questionava quando algum professor esquecia de adaptar uma prova e ressaltava a sua representatividade, a consciência do seu direito. No ano de 2023, G. candidatou-se ao Conselho Escolar e obteve a maior votação, referindo que seu objetivo como conselheira consistia em “Tornar a escola mais inclusiva, pois seria bom para todos, não somente para ela”.

Entender a dupla condição da estudante, bem como trabalhar na perspectiva da colaboração entre as professoras das SIR envolvidas no atendimento de G., tem se mostrado muito eficaz no processo inclusivo da estudante. No que tange ao uso das tecnologias digitais que apoiam seu processo inclusivo, a compreensão das potencialidades da estudante relacionadas à sua AH/SD pode conduzir à proposição de um repertório ampliado de tecnologias para inclusão referente à sua deficiência.

Nesse sentido, pode-se observar que a EP/PI Visual contribuiu efetivamente para o desenvolvimento biopsicossocial e cognitivo de G. conforme apresenta Almeida (2014):

Não é possível ignorar que uma criança cega ou com baixa visão precisa enfrentar os mesmos desafios, desenvolvendo suas reais potencialidades, sem ser alijada do seu momento histórico. A criança que toma consciência de si mesma, do alcance de suas probabilidades, não se sentirá menor nem excluída. (Almeida, 2014, p. 37).

Além de um direito, frequentar os serviços relacionados ao seu processo inclusivo como a EP/PI Visual, possibilitou que G. ampliasse suas oportunidades de relacionamento e interação, desenvolvendo assim suas possibilidades de percepção cognitiva.

Considerações finais

Percebe-se que o processo inclusivo de um estudante com dupla condição é um desafio e, nesse sentido, observou-se que o ensino colaborativo entre as SIRs possibilita ampliar as perspectivas em relação ao processo inclusivo de G., pois é uma maneira de compreender a dupla condição e a especificidade, as características individuais e a singularidade apresentada pelo contexto de G.

Ainda, o Ensino colaborativo apresenta-se como estratégia de efetivação dos processos inclusivos dentro da sala de aula regular e essa parceria entre professor

especialista e professor de sala de aula vem no sentido de efetivar também a construção de conhecimentos ao aluno em questão.

É imperativo que se reflita sobre a dupla condição dentro do processo inclusivo, desde o processo de identificação das AH/SD até a relação no tocante ao dia a dia escolar do estudante. A necessidade de instrumentos que facilitem a identificação de AH/SD, quando associada a outra condição, é de extrema importância, pois, caso contrário, as AH/SD podem ficar mascaradas, sendo evidenciada somente a condição da deficiência, nesse caso, a cegueira.

A partir deste relato, pode-se fomentar a discussão em relação ao uso das tecnologias frente aos desafios do processo inclusivo na escola. Entendendo-se que a tecnologia é um aliado ao professor, seja na sala de aula ou no atendimento educacional especializado. No caso referido, possibilita à estudante independência e autonomia frente às descobertas educativas sem a dependência em relação ao professor.

Salienta-se, de igual forma, que todos os processos são pertinentes em cada momento, auxílio-lector, OrCan My Eyes, sendo que o uso de um não desqualifica a necessidade de uso de outros recursos, porquanto são complementares entre si e adequados de acordo com o momento, assim como os atendimentos educacionais especializados específicos para cada uma das condições dos estudantes. Nesse sentido, reitera-se o ensino colaborativo como aliado potente do processo inclusivo dentro da escola regular bem como o uso das tecnologias como propulsoras de uma educação mais inclusiva e promotora da equidade.

O uso das tecnologias em prol da inclusão do estudante com dupla condição deve ser discutido também com ele próprio. Como se observou no caso de G., essa apresenta, por vezes, resistência aos arcabouços tecnológicos ofertados, haja vista sua prioridade ser o uso do Braille. Importa entender que o estudante deve ser protagonista nesse processo, experimentar e discutir sobre cada ferramenta, sua adequação em relação às suas necessidades, utilizando sua experiência para sugerir mudanças e potencializar o uso de cada arcabouço tecnológico em relação às suas necessidades e potencializadas.

Aos professores que atuam na SIR, cabe ressaltar sua relevância no que tange ao uso das tecnologias para fomentar a inclusão dos estudantes, portanto, para além de ofertar esses recursos no espaço micro, que é o atendimento educacional especializado, cabe-lhes fomentar o uso desses recursos em todos os espaços da escola e apresentar as funcionalidades e funcionamento dos dispositivos, tornando, assim, a escola um espaço verdadeiramente inclusivo.

Referências

- Almeida, M. da G. de S. “A Importância da Literatura como Elemento de construção do Imaginário da Criança com Deficiência Visual”. / Maria da Gloria de Souza Almeida./ Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014. p.204. Disponível em: http://antigo.ibr.gov.br/images/conteudo/livros/miols_livros/A-IMPORTANCIA-DA-LITERATURA.pdf
- Alves, R. J. R. e Nakano, T. C. (2015). “A dupla-excepcionalidade: relações entre altas habilidades/superdotação com síndrome de Asperger, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e transtornos de aprendizagem”. Revista Psicopedagogia, [s.l.], v. 32, n. 99 p. 346-360.
- Brasil. “Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 23 de maio de 2024.

Brasil. “Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade educação especial”. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192 . Consultado em 14 de agosto de 2024.

Corso, D.; Bonamigo, E.; Corso, M.; Rodrigues, E. “Anoftalmia bilateral como defeito congênito isolado: uma abordagem etiológica e psicossocial”. *Revista Brasileira de Oftalmologia*. [s.l.], 2011; 70 (4): 243-7. Disponível em: https://www.rbojournal.org/wp-content/uploads/articles_xml/0034-7280-rbof-S0034-72802011000400008/0034-7280-rbof-S0034-72802011000400008.pdf

Fiorot Junior, J. A.; Bergamin, A. C.; Rondini, C. A. “Dupla condição: percalços para a conquista da equidade: Twice-exceptional: obstacles to achieve equity”. *Revista Cocar*, [s.l.], v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4590>. Acesso em: 23 maio. 2024.

Menezes, K. M. L.; Pereira, R. “MeTA: Um Método para Avaliação de Tecnologias Educacionais Acessíveis”. In: Concurso Alexandre Direne (Ctd-Ie) - Dissertações de Mestrado - Congresso Brasileiro de Informática Na Educação (CBIE), 11., 2022, Manaus. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. p. 52-61. DOI: https://doi.org/10.5753/cbie_estendido.2022.226355.

Moraes, M. “PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual”. In: Moraes, M. e Kastrup, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

Mussi, R. F. de F.; Flores, F. F.; Almeida, C. B. de. “Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico”. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 22 maio. 2024. Consultado em 22 de maio de 2024.

Rangni, R. de A.; Costa, A. B. da. “Altas habilidades/superdotação e deficiência visual: duplicidade de necessidades educacionais especiais”. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 11, n. 4, p. 1979–1993, 2016. DOI: 10.21723/riaee.v11.n4.7387. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7387>. Acesso em: 4 jun. 2023. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7387/6040>

Silva, J. C. G. da; Rangni, R. de A. (2022). “Dupla excepcionalidade: é possível identificar altas habilidades ou superdotação em adultos com deficiência visual?”. *Revista Educação Especial*, 35, e4/1–27. <https://doi.org/10.5902/1984686X66351> (Original work published 31° de janeiro de 2022) <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/66351/46781>

Silva, R. L. J.; Caixeta, J. E. “Duplo AEE para estudantes com dupla excepcionalidade: percepções de professores”. v. 6 n. 1 (2021): IV Congresso Internacional de Educação Inclusiva - IV Cintedi - Edição Digital. Disponível em <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/599>. Acesso em 23 de maio de 2024.

Tezzari, M. L. “Atendimento educacional especializado em sala de recursos: a potencialidade de uma proposta diante de novos contextos e novas demandas”. In. Baptista, C. (Org.) *Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar*. São Carlos: ABPEE / Marquezine & Manzini, 2015 [e-book]. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116627/000967507.pdf?sequence=109>

XIII Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2024)

XXX Workshop de Informática na Escola (WIE 2024)

=1 Site: <https://maisautonomia.com.br/produto/orcam-myeye-2-0/>. Consultado em 12 de março de 2024.